

SER MULHER NA CIDADE É LUTAR: remoções e luta pela moradia no Rio de Janeiro

Poliana Gonçalves Monteiro¹
Mariana Gomes Peixoto Medeiros²

Resumo

A luta pelo direito à terra e à moradia tem sido espaço privilegiado da ação potente do movimento de mulheres que a partir de outra ética de organização política tem renovado, generificado e racializado as formas do fazer político. Para pensar as lutas urbanas como meio de costurar uma episteme feminista apresentamos três ações possíveis e desejáveis: disputar a prática, disputar a teoria para, finalmente, disputar a cidade em sua materialidade. Para desenvolver esta reflexão debatemos os sentidos do processo de formação política das mulheres e de construção das pautas feministas considerando a invisibilização das mulheres na produção do conhecimento. Por fim destacamos as autonarrativas de mulheres que lutam pelo direito à moradia e contra as remoções no Rio de Janeiro, reflexões de valor teórico, para pensar as lutas urbanas e as possibilidades de transformação social. O destaque das autonarrativas resistentes das mulheres em luta se apresenta como uma metodologia vigorosa para contribuir com emancipação das mulheres e a construção de movimentos sociais transformadores na sociedade.

Palavras-chave: movimento feminista. movimentos sociais. direito à moradia.

TO BE A WOMAN IN THE CITY IS TO FIGHT: removals and fight for housing in Rio de Janeiro

Abstract

The struggle for the right to land and housing has been a privileged space for the potent action of the women's movement that, through another ethic of political organization, has renewed, generalized and racialized the forms of political action. To think of urban struggles as a means of sewing a feminist episteme we present three possible and desirable actions: dispute the practice, dispute the theory and finally dispute the city in its materiality. To develop this reflection we discussed the meanings of the process of women's political formation and the construction of feminist agendas considering the invisibility of women in the production of knowledge. Finally we highlight the self-narratives of women who fight for the right to housing and against the evictions in Rio de Janeiro, reflections of theoretical value, to think about urban struggles and the possibilities of social transformation. The highlight of the resistant self-narratives of women in struggle is presented as a vigorous methodology to contribute to women's emancipation and the construction of transformative social movements in society. Keywords: feminist movement. social movements. right to housing.

¹ Poliana Monteiro é Arquiteta e Urbanista (UFJF), mestra em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFF) e pesquisadora do ETTERN/IPPUR e GPDU/UFF.

² Mariana Medeiros é Advogada, Mestre em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010). Pesquisadora do Laboratório ETTERN/IPPUR/UFRJ. Trabalhou na Coordenação de Habitação e Regularização Fundiária da Secretaria do Patrimônio da União no Rio de Janeiro-SPU/RJ e no campus FIOCRUZ da Mata Atlântica. Atualmente é assessora parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro-ALERJ.

Introdução

O presente artigo se baseia na observação da potência do movimento de mulheres que a partir de outra ética de organização política tem renovado às lutas pelo direito à terra. As mulheres não apenas estão no mundo da política construindo cotidianamente os movimentos sociais urbanos, mas também têm continuamente feminilizado as próprias formas da existência social, a partir de práticas e visões que desestabilizam o sistema de opressão-exploração patriarcal e capitalista (SAFFIOTI, 2011), e assim, trazendo perspectivas promissoras de construção de uma nova sociedade (RAGO, 2009). A luta pelo direito à moradia e contra as remoções na cidade do Rio de Janeiro no contexto dos megaeventos esportivos evidenciou cotidianamente a capacidade de organização coletiva sensível e empática das mulheres. Com o fim do ciclo dos megaeventos e na conjuntura de recessão econômica e diminuição dos investimentos em políticas públicas, os grandes interesses que movem a produção do espaço urbano se rearticularam e novas ameaças se apresentaram. Assim, a auto-organização das mulheres se destaca em um momento de necessária organização política dos movimentos sociais e fortalecimento das estratégias e articulações estabelecidas nos últimos anos.

O sujeito coletivo mulheres e suas estratégias que estabelecem uma nova ética política baseada no cuidado e nas relações cotidianas, consolidam uma estratégia não somente de resistência mas de combate aos avanços nas constantes tentativas de retirada de direitos. Entretanto, a atuação política das mulheres tanto nos movimentos sociais, quanto nos movimentos sindicais permanece invisibilizada. O potencial transformador das práticas feministas, entretanto, já não pode ser ignorado e omitido:

Aliás, até mesmo intelectuais pouco atentos às questões de gênero não podem deixar de reconhecer que a única revolução que realmente vingou, no século XX, foi a feminista, provocando não apenas o acesso das mulheres à cidadania, mas acentuando um fenômeno igualmente profundo, embora menos perceptível, pelo menos até recentemente: a feminização da cultura (RAGO, 2009, p.33).

De maneira experimental desenvolvemos aqui, a costura sensível da luta cotidiana como método de pesquisa. Essa abordagem metodológica pautada no devir de uma episteme feminista, está em contínua construção coletiva e se esforça para costurar as autonarrativas das mulheres que reexistem a partir da articulação com outras mulheres, resignificando a agência feminista nas lutas urbanas. Nesse sentido, entendemos que não basta fazer pesquisa sobre mulheres ou mesmo pesquisa com mulheres mas devemos pesquisar como mulheres e isso significa também tensionar

a forma como produzimos conhecimento. Assim, apresentaremos ao longo do texto reflexões de mulheres que tecnicamente no artigo se estabelecem como citações mas certamente são mais do que isso. Aqui trataremos as falas como formas de evidenciar a agência e ecoar a voz e a intelectualidade dessas mulheres a partir de suas autonarrativas, que entendemos ter valor teórico e epistêmico por si mesmas. Assim, eventualmente as longas citações são também parte de uma escolha metodológica que busca garantir a presença das mulheres nesse espaço.

Para desenvolver a reflexão pretendida, o artigo estrutura-se em três partes, além desta Introdução. A primeira sessão apresenta uma reflexão sobre os sentidos de disputar a prática a partir de uma breve apresentação do processo de formação política das mulheres e construção das pautas feministas no Brasil e no mundo, enquanto um exercício de subversão do papel social normativo das mulheres que incentiva práticas de emancipação. Em seguida, desenvolvemos uma análise sobre as possibilidades de disputar a teoria, considerando a invisibilização das mulheres na produção do conhecimento para pensar a potência de uma epistemologia feminista nos estudos urbanos e de movimentos sociais. Na terceira sessão evidenciamos urgência de disputar a cidade, apresentando a perspectiva de mulheres que lutam pelo direito à moradia e contra as remoções no Rio de Janeiro a partir das autonarrativas trocadas durante uma Roda de Conversa realizada com intuito de potencializar a articulação política de mulheres em luta. Nas considerações finais, por sua vez, serão retomadas as principais ideias com intuito de aprofundar a reflexão inicialmente apresentada.

Disputar a prática: a organização política das mulheres no Brasil e no mundo

Ser mulher, até aproximadamente o final dos anos 1960, significava identificar-se exclusivamente com a maternidade e a esfera privada do lar. Até então o imaginário social sobre a identidade feminina permanecia embebido das definições pejorativas e desqualificadoras construídas pela medicina do século XIX. As palavras, segundo Rago (2009), são carregadas de historicidade e manifestam as mudanças sociais e culturais de uma época. Assim, a expressão *mulher pública* que desvela uma longa história de exclusão e submissão das mulheres, designando, até pouco tempo atrás, o estigmatizado e marginalizado grupo social associado à prostituição; atualmente também informa sobre os profundos deslocamentos simbólicos e materiais realizados pelas mulheres nas últimas décadas (RAGO, 2009).

A cidadania política por meio do voto foi conquistada pelas mulheres brasileiras em 1932, entretanto, sua presença como sujeito político coletivo *que reivindica autonomia individual e direitos iguais em vários âmbitos, que questiona a subordinação familiar e individual aos homens*, insurgiu com a consolidação de um movimento de mulheres com caráter feminista a partir dos anos 1970 (GODINHO, 2009, p.150). Nesse sentido a modernização socioeconômica estabelecida no Brasil a partir da década de 1970, impeliu milhares de mulheres ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo, em que o emergente movimento feminista passou a pressionar pela redefinição do lugar das mulheres na sociedade (GOHN, 2007).

A distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública, segundo Arendt (2007), corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas. O espaço privado relaciona-se, portanto com a privação, com a invisibilidade, e assim, com a negação da cidadania. Até recentemente, de modo geral, as mulheres não tinham direito à vida pública, o que significava não apenas a impossibilidade de acesso aos cargos políticos e de direção, mas também à cultura e à educação nas mesmas condições que os homens. A grande conquista

das mulheres no século XX, foi, portanto, simplesmente o direito à existência (RAGO, 2009).

A ruptura com a ideologia da domesticidade, portanto, permitiu a participação pública e ativa das mulheres nas esferas de poder. O movimento feminista tem buscado sistematicamente, tanto desconstruir na prática e na teoria as codificações do feminino associadas à natureza, emotividade e irracionalidade, quanto realizar a crítica às formas masculinas de organização social e de codificação da experiência, evidenciando a dimensão sexista e misógina das oposições binárias construídas pelas categorias masculinas do pensamento. Ao mesmo tempo, as mulheres têm renovado profundamente os espaços públicos de participação e os movimentos sociais, a partir de uma atuação política que se destaca em relação aos homens (RAGO, 2009).

As inúmeras e ainda pouco comentadas inovações éticas, estéticas e políticas que vêm sendo construídas pelas mulheres em suas múltiplas áreas de atuação – nas universidades, na ciência, na educação, nas artes, na saúde, no trabalho e na casa – tem revelado a emergência de novos modos de ver, de novas possibilidades de interpretação, de resignificação e de problematização que, sem dúvida, não beneficiam apenas as mulheres (RAGO, 2009, p.37).

A dissolução das fronteiras simbólicas e materiais construídas entre o público e o privado, assim como da própria ampliação da consciência de gênero na sociedade em geral permitiu a conquista do mundo público pelas mulheres. O processo, entretanto, se relaciona também com a própria falência dos modos masculinos de organizar e gerir a vida social. O mundo construídos pelos homens, à imagem e semelhança dos mesmos, é um mundo, de acordo com Rago (2009, p.37), “marcado pela violência, pela desagregação social, pela atomização do indivíduo e por uma profunda crise nas formas de sociabilidade, incluindo-se as de gênero”.

O feminismo nasce da luta das mulheres para se constituírem como sujeitos de direitos, inclusive sobre o seu próprio corpo, seu primeiro território, e sempre esteve estreitamente vinculada ao direito à terra e à moradia. Assim, as lutas contra o desejo de favelas, contra o alto custo de vida, pelos direitos da mulher, pela defesa da infância, por infraestrutura básica e por creches centralizaram as práticas feministas na década de 1970, demonstrando a materialidade da desigualdade de gênero e sua intrínseca relação com a cidade. As mulheres trabalhadoras reivindicaram a extensão dos direitos trabalhistas às mulheres do campo, organizaram campanha pela sindicalização da mulher e por sua participação na direção dos sindicatos. A crítica aos artigos discriminatórios à mulher casada do Código Civil de 1916 também foi foco de atenção do movimento de mulheres. As questões relativas à autonomia feminina como controle de fertilidade, aborto, sexualidade, violência doméstica, violência sexual, nesse momento não eram ainda mencionadas. As associações e comitês de mulheres praticamente desapareceram com o golpe militar de 1964 (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017). As mulheres foram incorporadas às organizações de esquerda durante a ditadura militar, contudo essas organizações absorveram a mulher militante sob a lógica do sexismo e da divisão sexual das funções sociais. Assim, ao participar da luta armada, as mulheres puderam sentir as discriminações, efetivadas tanto por meio da superproteção, quanto pela subestimação de sua capacidade física e intelectual (TELES apud MONTEIRO, 2015).

O agravamento das condições de vida e trabalho motivou, a partir de 1970, a crescente mobilização das mulheres da periferia, que diante da necessidade de exercer atividade remunerada para contribuir com a manutenção da família,

intensificaram a reivindicação por creches para a mãe trabalhadora e a organização contra o alto custo de vida. O pioneirismo e protagonismo das mulheres da periferia originou um movimento que incorporou milhares de pessoas e fortaleceu a luta pela democracia, contudo “à medida que o movimento cresceu, entraram os sindicatos e outras instituições. A direção ficou na mão dos homens. E a reivindicação creche desapareceu” (TELES, 1993, p.80). Assim, no Brasil as mulheres emergiram na cena pública brasileira por meio de seus diferentes papéis sociais:

Como mães que lutavam por seus filhos desaparecidos nos porões da ditadura militar; como mães moradoras nas periferias que clamavam por creches nos locais de moradia (cf. Gohn, 1985); como trabalhadoras que tinham salários diferenciados ou não lhes era dado o direito à maternidade etc. Mulheres que lutaram contra a ditadura militar e estiveram exiladas, retornaram ao país com a anistia política em 1979, após terem convivido com grupos feministas no exterior. No final dessa década formaram-se grupos e correntes no Brasil sobre o feminismo, especialmente nas universidades e em centros de estudos. Assassinatos de mulheres, como o caso de Ângela Diniz por Doca Street, mobilizou as feministas no Brasil durante o processo judicial, na luta contra a impunidade corrente neste tipo de crime. *Quem ama não mata foi o mote.* (GOHN, 2007, p.50-51)

Nesse sentido, a presença das mulheres é significativamente maior nos movimentos populares urbanos em relação ao movimento sindical e aos espaços da política partidária e parlamentar, embora, atualmente, seja marcante a ampliação da participação feminina também nas entidades sindicais e partidárias (GODINHO, 2009). As mulheres são maioria nos movimentos feministas, nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho e nas redes e fóruns transversais transnacionais. As mulheres também sustentam, majoritariamente, as redes comunitárias de projetos sociais que trabalham pela inclusão. Assim, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas, tanto nos grupos de mobilizações de causas femininas, quanto em espaços mistos. Apesar da potência da organização política das mulheres, entretanto, sua atuação persiste invisibilizada (GOHN, 2007).

Além da discrepância na participação feminina nos diferentes espaços, é sintomático notar que a presença das mulheres segue sendo minoritária nas direções, apesar da progressiva auto-organização e organização das mulheres nos espaços mistos para disputar os espaços de direção política e sindical. As estratégias de entrada nas direções por meio de políticas de cota foram bem sucedidas sem, entretanto, minorar as “fortes contradições entre o espaço formal aberto e o efetivo exercício do poder e da direção”, de forma que, a presença das mulheres nos espaços de poder e direção continua tendo um caráter de exceção ainda hoje (GODINHO, 2009, p.152). Nesse sentido, apesar das conquistas, vivemos ainda um processo inacabado, no qual os padrões de desigualdade e dominação de gênero foram remodelados a partir da conquista parcial das mulheres do direito de participar dos espaços públicos (GODINHO, 2009).

As conquistas feministas, portanto, são sempre instáveis e a sua potência está diretamente vinculada à continuidade e à intensidade da pressão em relação às políticas reivindicadas pelo feminismo e pelas mulheres em geral (GODINHO, 2009). A luta, portanto, é labor, atividade relacionada “ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da

vida” (ARENDR, 2007, p.16). A primeira condição do feminismo é a do labor, que é a própria vida, que é o cotidiano. A construção, portanto, é permanente e ecoa das mulheres que vieram antes de nós. A autonarrativa/citação de Virginia Woolf (2012) demonstra aqui as permanências da construção da agência feminista nas lutas urbanas ao narrar o longo e laborioso processo de formação política das mulheres que conduziu ao Congresso da União de Mulheres Trabalhadoras realizado em junho de 1913 em Newcastle, Inglaterra:

Mas como realizariam seus ideais? Como manifestariam suas necessidades? Já era bastante difícil para as mulheres de classe média que contavam com dinheiro e educação. Mas como fariam as mulheres assoberbadas de trabalho, com cozinhas densas de vapor, sem educação, estímulo ou tempo, para remodelar o mundo de acordo com as ideias das trabalhadoras? Foi então, imagino eu, em algum momento dos anos 1880, que a União das Mulheres veio ao mundo, timidamente, modestamente. Por um tempo ocupou alguns centímetros quadrados na Co-operative News, num espaço chamado O Canto das Mulheres. Foi ali que Mrs. Acland perguntou: *Por que não fazemos nossas reuniões das mães da cooperativa, onde poderemos trazer nossa costura e sentar juntas, uma de nós lendo em voz alta alguma obra da cooperativa, que depois podemos discutir?* E em 18 de abril de 1883 ela anunciou que a União das Mulheres agora contava com sete membros. Então foi a União que atraiu todos aqueles sonhos e desejos incansáveis. Foi a União que se tornou um centro de reuniões onde se aglutinou e se solidificou tudo o que estava solto e disperso. [...] Deu-lhes, em primeiro lugar, o mais precioso bem que existe – uma sala onde podiam se sentar e pensar, longe das panelas fervendo e das crianças chorando; e então aquela sala deixou de ser apenas uma sala de estar e um local de reuniões, e se tornou uma oficina onde, somando suas cabeças, podiam remodelar suas vidas, podiam começar esta ou aquela reforma. E, conforme aumentava o número de filiadas, e vinte ou trinta mulheres passaram a se reunir todas as semanas, da mesma forma suas ideias aumentavam e seus interesses se ampliavam. Em vez de discutir apenas sobre suas torneiras e pias, suas longas jornadas e baixos salários, começaram a discutir a educação, os impostos e as condições de trabalho no país em geral. As mulheres que tinham se esgueirado timidamente na sala de estar de Mrs. Acland em 1883 para costurar *lendo em voz alta alguma obra da cooperativa*, aprenderam a discorrer com autoridade e ousadia sobre todas as questões da vida cívica. Foi assim que Mrs. Robson, Mrs. Potter e Mrs. Wright, em 1913, em Newcastle, estavam pleiteando não só banheiros, salários e luz elétrica, mas também Sufrágio Adulto, os Impostos territoriais e a Reforma da Lei do Divórcio. Assim, um ou dois anos depois, reivindicaram a paz, o desarmamento e a difusão dos princípios cooperativistas, não só entre o operariado da Grã-Bretanha, mas entre todas as nações do mundo. E a força que estava por trás de seus discursos e as impelia para além da mera eloquência era densa, formada de muitas coisas – de homens com chicotes, de fome e frio, de muitos partos difíceis, de muita escovação e lavagem, de ler Shelley, William Morris e Samuel Butler na mesa da cozinha, de reuniões semanais na União das Mulheres, de Comitês e Congressos em Manchester e outras cidades (p.87-90).

A segunda condição do feminismo é a perenidade. Nesse sentido, mais de 100 anos depois que as mulheres trabalhadoras de Newcastle iniciaram seu processo de formação política, a luta para conceber as pautas políticas e ocupar espaços decisórios continua, dessa vez no Fórum Internacional que concluiu a década da Mulher da Organização das Nações Unidas (ONU), realizado em Nairóbi, Quênia, em julho de 1985. O Fórum celebrou o auge de dez anos de intenso ativismo internacional pelo direito das mulheres, contestando a milenar opressão patriarcal no mundo (DAVIS, 2017).

Nesse momento, ficou evidente que as mulheres haviam conseguido alicerçar um movimento internacional de mulheres influente e politicamente maduro, em um contexto, no qual a opinião pública mundial enfim reconheceu a legitimidade da busca das mulheres por igualdade. O movimento global pela emancipação das mulheres, segundo Davis (2017, p.100) se conscientizou sobre “dos laços entre nossas lutas como mulheres e a oposição mundial à exploração capitalista, à opressão racista e à militarização nuclear que ameaça o futuro da humanidade”. A ampla gama de demandas feministas apresentadas durante o Fórum demonstra a potência da organização das mulheres, e ao mesmo tempo, que há ainda um longo percurso a ser trilhado.

Nossa petição instava a delegação oficial dos Estados Unidos a apoiar dois documentos, a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra a Mulher e a Declaração sobre a Participação da Mulher na Promoção da Paz e da Cooperação Internacionais. Nós ainda exigimos a redução do orçamento militar e a utilização dos recursos liberados para o progresso geral de nosso povo e, especificamente, para a conquista da igualdade das mulheres. Uma vez que a conduta das corporações transnacionais afeta negativamente a condição econômica das mulheres, nós reivindicamos que suas atividades fossem restringidas. Além disso, a independência econômica e a participação das mulheres no movimento sindical são fatores-chave de nossa busca por igualdade. Portanto, requeremos garantias de paridade salarial para trabalhos de valor comparável àqueles realizados pelos homens, bem como o direito ao pleno emprego e a uma renda garantida. Exigimos que a opressão racial das mulheres – e dos homens – fosse eliminada e que os direitos de trabalhadoras e trabalhadores estrangeiros ou sem documentação fossem assegurados. Nós demos nosso apoio a todas as medidas que buscam aprimorar a qualidade de vida das mulheres, incluindo controle da brutalidade policial, moradias dignas, assistência à saúde e educação de qualidade (DAVIS, 2017, p.102-103).

O Fórum, segundo Davis (2017), foi uma experiência histórica para a consolidação de um movimento de mulheres unido, multirracial e antimonopolista. Nesse sentido, as mulheres, moldadas e socializadas no mundo forjado pelos homens, estão cotidianamente construindo sua própria linguagem e sua própria imagem, como exercício de liberdade, seguem re-existindo a partir de autonarrativas resistentes, confrontando as categorias e interpretações masculinas embebidas de misoginia. E embora, parte das mulheres não se identifique claramente com o feminismo, isso não significa que em suas práticas e reflexões, não sejam feministas (RAGO, 2009). O feminismo, nesse sentido, extrapola a questão da identidade, individual ou grupal, e mesmo da ideologia, se apresentando como uma prática política cotidiana permeada de inovações éticas e criações em relação à vida, à subjetividade e à produção da sociabilidade.

Disputar a teoria: a invisibilização sistêmica das mulheres e a epistemologia feminista

No processo de constituição do sujeito epistêmico, em geral, a figura da mulher desaparece (MONTEIRO, 2019). Essa ausência se consubstancia, não somente na figura das(os) interlocutoras(es) de pesquisa, mas na ausência da posicionalidade da pesquisadora/pesquisador Assim, na produção de conhecimento não há valor atribuído à “mulher” enquanto sujeito, pois “se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK apud MONTEIRO, 2019, p. 3). Atualmente, as várias pesquisas acadêmicas, coordenadas principalmente por mulheres, têm buscado evidenciar a longa história de luta das mulheres e o caráter misógino da sociedade patriarcal (RAGO, 2009). Nesse sentido, a disputa das mulheres no campo teórico tem logrado forjar uma epistemologia feminista que desestabiliza as relações de gênero e os binários sexistas pejorativos.

A trajetória de lutas das mulheres é tensionada por lutas gerais e específicas demonstrando a amplitude e diversidade do movimento de mulheres, que engloba tanto o movimento feminista, o movimentos de gênero, movimento LGBTQI, quanto movimentos sociais que demandam melhores condições de vida e trabalho, reconhecimento de direitos sociais, políticos e culturais etc., visto que são movimentos com presença majoritária das mulheres (GOHN, 2007). Entretanto, nesses movimentos, o protagonismo feminino segue sendo invisibilizado. E embora, não haja ainda concordância na literatura sobre o entendimento do movimento feminista como um movimento social, visto que as análises geralmente, destacam apenas o caráter identitário das demandas feministas e não sua crítica à estrutura social opressiva como um todo. Além disso, ainda hoje, a produção de conhecimento forjado nas universidades, geralmente denomina as mulheres como *ator(es)*, encobertas pelo universalismo socialmente construído do genérico masculino (GOHN, 2007). Nesse sentido, dar visibilidade, tanto das demandas específicas, quanto das demandas mais amplas do movimento feminista e construir sua compreensão enquanto um movimento social legítimo e potente é fundamental para o fortalecimento da identidade coletiva das mulheres e uma urgência para o avanço do processo democrático no país.

A reflexão aqui desenvolvida se baseia em algumas questões basilares: Quem se move na cidade? A experiência é idêntica para todos e todas? Quais movimentos são permitidos? Nesse sentido, pensar se as teorias que temos disponíveis para compreender a vida na cidade contemporânea compreendem toda a complexidade desse imbricado cotidiano e contemplam a todas e todos é uma tarefa urgente e desafiadora. O patriarcado é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, expressão do poder que autentica o direito político que os homens podem exercer simplesmente por serem homens e “uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (SAFFIOTI, 2011, p.59). O conceito de patriarcado é fundamental para a teoria política feminista, sendo o único que expõe o direito político exercido pelos homens, sujeitos transcendentais e universais (BEAUVOIR, 1980), enquanto estrutura que converte a diferença sexual em diferença política, conformando um mecanismo político de sujeição da mulher (SAFFIOTI, 2011).

Se a ordem patriarcal encontra estabilidade no espaço e no tempo e atravessa todas as instituições, porque não se manifestaria na vivência da cidade? E até que ponto a manifestação do patriarcado na cidade não reverbera na produção teórica sobre o urbano? A recusa às estruturas patriarcais de pensamento e a reivindicação do mesmo estatuto teórico conferido à classe social para gênero e para raça/etnia (SAFFIOTI, 2000), portanto são fundamentais para a compreensão das desigualdades e

oposições estruturais que determinam a vida na cidade contemporânea. A organização espacial da sociedade é parte integrante da produção do social. Assim, a cidade é a expressão de uma materialidade socialmente construída. Nesse sentido, a posição social da mulher pobre e negra concentra fatores de vulnerabilidade, que envolvem a objetificação do corpo feminino, a divisão sexual do trabalho, a responsabilização com o cuidado dos dependentes.

As matrizes do pensamento e da prática sobre a cidade e o espaço, entretanto, já não podem estar vinculadas exclusivamente às teorias universalistas, que em geral, recorrem a um certo nível de abstração que não evidencia o cotidiano e as/os sujeitas(os) políticas(os) que disputam a cidade (MONTEIRO, 2019). Nesse sentido, apresentaremos uma breve reflexão sobre os conceitos e ideias que permeiam a produção de saber e conhecimento nos estudos urbanos.

Os problemas mais graves da vida moderna, para Simmel (1967, p.10), “derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais”. Nesse sentido, a atitude blasé seria um fenômeno psíquico incondicionalmente reservado à metrópole e resultante principalmente dos estímulos contrastantes que esta proporciona. As individualidades, entretanto, são profundamente implicadas no que são os nossos corpos e nos é permitido fazer deles, pois “os nossos corpos são o nosso modo de ser no mundo” (COHEN, 2013, p.224). O patriarcado, ainda hoje, determina que a mulher seja essencialmente definida como fêmea, e conseqüentemente, integralmente justificada enquanto fêmea, enquanto ao homem é outorgada a possibilidade de transcender para o universal enquanto trabalhador e cidadão. Mesmo a mulher considerada independente não alcança uma situação moral, social e psicológica idêntica à do homem (BEAUVOIR, 1980).

Hoje, sem dúvida, a jovem sai sozinha e pode passear pelas Tulherias; mas já disse quanto a rua lhe é hostil; por toda parte olhos e mãos a vigiam; se vagabundeia irrefletidamente, com o pensamento à solta, se acende um cigarro no terraço de um café, se vai só ao cinema, um incidente desagradável não tarda; é preciso que inspire respeito pela sua aparência, pela sua maneira de vestir-se: essa preocupação prega-a ao solo, encerra-a em si mesma (BEAUVOIR, 1980, p.480).

A perspectiva masculina hegemônica perpetrada pelo patriarcado determina que os corpos generificados como femininos estejam implicados por um processo social de controle e objetificação, que sob a supremacia masculina é essencialmente erotizador (MACKINNON, 2013, p.236). A prática social concretizada em ações sentencia um cotidiano bem vigilante às mulheres em geral, com recorte de raça/etnia e classe bem discerníveis. A mulher na cidade sente que seu corpo lhe escapa, já não pode ser uma expressão clara de sua individualidade: “na rua, acompanham-na com o olhar, comentam-lhe a anatomia; ela gostaria de ficar invisível; tem medo de tornar-se carne e medo de mostrar essa carne” (BEAUVOIR, 1980, p.48). Nesse contexto, pode a mulher ser blasé na cidade? Uma mulher poderia praticar a flânerie sugerida por Baudelaire (1996)? Poderia ela estar sozinha na multidão como descreve Edgar Allan Poe (1987) em *O homem na multidão*?

Embora a noção de *o que se recusa a dizer* possa parecer descuidada, em se tratando de um trabalho literário, algo como uma recusa ideológica coletiva pode ser diagnosticada pela prática sistematizada de silenciamento dos sujeitos subalternos. Historicamente, às mulheres foi negado o papel de protagonistas de aventuras. Como nos lembra Balzac (apud BEAUVOIR, 1980, p.437): “a mulher só se iguala ao homem

fazendo de sua vida numa perpétua oferenda, como a do homem é uma perpétua ação”. Se a vida imita a arte, essas ausências literárias reverberam embaraçando o cotidiano urbano dos corpos generificados e racializados. Assim, conceitos de uso corrente apreciados como universais podem atuar como ferramentas de legitimação da violência epistêmica que segue silenciando e invisibilizando as mulheres. Nesse sentido, é importante discutir e “medir” os silêncios epistêmicos.

O ideal da família nuclear burguesa e da intimidade do lar foi forjado e imposto à classe trabalhadora como forma de domesticação das relações de produção com objetivo de elevação da produtividade (RAGO, 1985). Mas as mulheres pobres seguiram trabalhando, e em condições cada vez mais precárias e com salários sempre rebaixados, assim como suas crianças. Assim, seguiam vivenciando o cotidiano urbano. Das mulheres das classes sociais mais altas, emaranhadas nas diversas camadas de tecido que compunham suas vestimentas, temos a imagem mental do garboso cavaleiro que retira sua jaqueta para permitir sua passagem nas ruas enlameadas. Das mulheres trabalhadoras não há uma imagem mental tão clara, mas certamente sempre arrastaram suas saias na lama e na fuligem. E embora certamente tenham vivenciado a intensificação dos estímulos nervosos diante do vigoroso ritmo da metrópole em transformação, é pouco provável que tenham conseguido assumir uma atitude blasé em seus trajetos.

Assim, a “resistência dos indivíduos de serem nivelados e uniformizados por um mecanismo sócio-tecnológico”, descrito por Simmel (1967), parece ter um recorte de classe e gênero bem específico. Nesse sentido, é importante observar como no processo de constituição do sujeito e de formação do objeto de pesquisa, em geral, a figura da mulher desaparece. O etnocentrismo da ciência europeia do final do século XVII e começo do século XVIII, para Derrida (apud SPIVAK, 2010), é um sintoma da crise geral da consciência europeia. A fixação do homem enquanto sujeito universal é um fenômeno profundo e mais invisível que reverbera de forma igualmente violenta. Nesse processo, cidadão/homem adquire sua dignidade ética transcendendo-se para o universal, enquanto a mulher é relegada à eterna imanência (BEAUVOIR, 1980). Assim, confrontando grandes transformações sociais, a crise da modernidade foi também uma crise da masculinidade. Não por acaso surge pulsante nesse período a imagem do herói urbano moderno. Não por acaso no final do século XIX e começo do século XX, os símbolos fálicos começam a se projetar nas cidades de todo mundo (CORTÉS, 2008), tendo a Torre Eiffel em Paris, como precursora representativa desse movimento e a Torre Agbar em Barcelona, como exemplo contemporâneo mais óbvio.

Nessas cidade fálicas, a atitude blasé seria o fenômeno psíquico por excelência. A reação aos fenômenos metropolitanos, para Simmel (1967, p.11), é transferida para a intelectualidade: “o homem metropolitano reage com a cabeça, ao invés de com o coração”. Assim, essa distinção concebida para particularizar o homem da cidade e o homem do campo, novamente dá pistas dos recorte de gênero que impossibilita a universalidade do conceito de atitude blasé: as mulheres consideradas essencialmente emocionais e irracionais jamais estariam aptas à reagir dessa forma. O recorte de classe, por outro lado, fica indicado quando o autor afirma a necessidade de sofisticação intelectual, pois “as pessoas estúpidas, que não têm existência intelectual, não são exatamente: blasé” (idem, p.14). Quem são essas pessoas estúpidas não fica claro, mas embora possam existir indivíduos da elite bem ignorantes, parece se referir principalmente à população que incumbida de sua própria subsistência não consegue acessar o intelectualismo das elites. Nesse sentido, ser blasé é essencialmente um privilégio e não um fenômeno psíquico uniforme e universal das metrópoles.

Nesse sentido, a atitude blasé que se manifestaria para além da indiferença, mas como uma *aversão e repulsão* (SIMMEL, 1967, p.16), se avaliarmos para além do indivíduo, é uma manifestação do ódio de classe. A suposta consequência positiva desse estado psíquico seria uma “liberdade pessoal que não tem qualquer analogia sob outras condições” que torna o homem metropolitano “livre em um sentido espiritualizado e refinado” (Idem, p.17), o que na verdade, segundo o autor, não seria sinônimo de qualquer conforto emocional. Assim, eventualmente esse homem pode se perder em sua própria abstração e transcendência e vivenciar a clássica cena de estar sozinho na multidão. Aos sujeitos genericados e racializados, entretanto, é negado em sua constituição identitária a universalidade que possibilita a autonomia e a individualidade. Assim, para além da questão de gênero: um homem negro morador de favela no Rio de Janeiro em tempos de Intervenção Militar jamais poderá ser blasé, tampouco será um homem sozinho na multidão. E isso não é conjuntural, mas sim estrutural.

A reflexão aqui desenvolvida não pretende se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou distinguir nele o que é *bom* do que é *mal*. A crítica sobre o conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites. Nesse contexto, a discussão sobre a violência epistêmica patriarcal e racista não é uma digressão idealista. Assim, o objetivo não é negar a importância das reflexões e metodologias propostas pelos pioneiros da sociologia urbana, tampouco negar que esses intelectuais abriram a compreensão sobre o urbano e inauguraram a produção narrativa sobre a cidade. Mas é necessário marcar a *posicionalidade* desses intelectuais enquanto sujeitos investigadores: homens brancos e europeus (SPIVAK, 2010). Assim, a discussão sobre a violência epistêmica na conformação do Sujeito Universal e do “investigador transparente” e neutro, e, portanto, apto à esclarecer sobre tudo e todos numa perspectiva totalizadora, é urgente.

A responsabilidade de desafiar os discursos hegemônicos, principalmente enquanto produtores e produtoras de saber e conhecimento, deve posicionar a teoria crítica como uma prática comprometida e contestadora. Para tal, é fundamental questionar o próprio lugar de onde se teoriza, e enfim, posicionar a/o pesquisadora(o) enquanto um *sujeito epistêmico*. Assim, a intenção do debate aqui desenvolvido não defende simplesmente falar pelas mulheres ou falar das mulheres mas sim ouvi-las e reverberar sua voz, suas práticas, suas lutas em um processo experimental de construção de formas de auto-representação dessas mulheres enquanto sujeitas políticas que de diversas formas constroem a luta popular nas cidades.

Disputar a cidade: as mulheres nas lutas urbanas

A noção de *direito à cidade* tem centralizado a crítica contemporânea à desigualdade de acesso à estrutura urbana, mas via de regra adota como base de sua crítica um sujeito abstrato, sem sexo, sem cor e sem classe. Além disso, não reivindica necessariamente a disputa na produção do espaço. Nesse sentido, visto a complexidade que envolve as desigualdades, qual seria o paradigma de efetivação do “direito à cidade” para as mulheres? (MONTEIRO, 2019). Nesse sentido, o Fórum Nacional de Reforma Urbana destacava, já em 2007, que:

As políticas urbanas, em geral, não incorporam a dimensão de gênero e não levam em consideração as necessidades específicas das mulheres e reproduzem as desigualdades entre homens e mulheres. Apesar das insuficiências, é preciso reconhecer os avanços decorrentes da organização das mulheres e do

movimento feminista. É fundamental, ainda, o monitoramento das políticas afirmativas e específicas para as mulheres, verificando a sua implementação e efetividade (FNRF, 2007 apud GOHN, 2007, p.61).

Nesse sentido, é necessário pensar uma cidade diferente, que parte da produção do espaço que cotidianamente se engendra mas não se vê. Ainda em caráter exploratório, o exemplo a seguir pode ajudar a elucidar esse enunciado. A noção de periferia qualifica um determinado território pelas carências de serviços públicos básicos, de urbanização, de titularidade da propriedade e de proximidade do mercado de trabalho. Nesse contexto, a noção de cidade-dormitório sintetiza essa precariedade e as enormes distâncias a serem percorridas diariamente entre o lugar da moradia e o lugar do trabalho (LAGO, 2007). Nas cidades-dormitório, entretanto, o cotidiano do sujeito sexuado constituído como mulher foi apagado com sucesso, assim como sua agência e sua luta. A perspectiva de que “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar” (AUGÉ, 1994, p.73) demonstra como certos territórios enquanto lugares *fora das ideias* (MARICATO, 2002), acionam a gramática de uma ausência que é propositalmente construída e que, nesse caso, implicam gravemente a vida das mulheres. Os homens foram trabalhar, assim não é preciso pensar/atuar de forma ativa sobre esses *não-lugares*.

As mulheres sempre tiveram lugar de destaque na luta pelo direito à moradia e resistência à remoção, mas como dito anteriormente, historicamente esse protagonismo vem sendo omitido e esquecido. No Rio de Janeiro, a luta contra as remoções relacionadas aos megaeventos apresentou novos desafios e ameaças que demandaram a organização política e o fortalecimento das estratégias e articulações das mulheres. O protagonismo feminino nesse processo foi incontestável.

O modelo de cidade imposto a partir de um processo definido pela falta de transparência, práticas coercitivas e justificativas questionáveis, legitimadas a partir de discurso técnico que dissimula as razões políticas, econômicas e ideológicas das ações do poder público, constitui um campo de conflitos sociais urbanos que compreende tanto a disputa simbólica do ideal de cidade, quanto a disputa pelo território e o direito à moradia (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017). O processo de segregação espacial legitimado pelos megaeventos, uma desculpa para se empreender um ajuste espacial demandado pelas elites, entretanto não foi interrompido. O Plano Estratégico do prefeito Marcelo Crivella (2017-2020) tem como meta “garantir que 14.204 moradias não estarão em área de alto risco geológico-geotécnico no Maciço da Tijuca até 2020”, o que coloca sob ameaça de remoção mais de 14 mil famílias (COSENTINO; MONTEIRO, 2017). Diante do novo ciclo de ameaças de remoção da gestão Crivella e da convicção quanto ao reconhecimento e à valorização das experiências das mulheres, fundamental para a construção de uma cidade mais justa, realizamos no âmbito da pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa ETTERN (IPPUR/UFRJ), a II Roda de Conversa com Mulheres Atingidas pelas Remoções – Mulheres em Luta pelo Direito à Moradia!

A atividade que ocorreu como um desdobramento da I Roda de Conversa com Mulheres Atingidas pelas Remoções, realizada em 2016 na comunidade Arroio Pavuna (Jacarepaguá), foi realizada em novembro de 2017 na ocupação Mariana Crioula, na zona portuária da cidade (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017). A Roda de Conversa contou com a presença de cerca de 40 mulheres de diversas comunidades e regiões da cidade, como: Horto, Vargem Grande, Vila Autódromo, Indiana, Barrinha, Araçatiba, Ocupação Manoel Congo (Centro), Ocupação Quilombo da Gamboa, Cidade Nova, Ocupação Vito Gianotti, Vila Esperança (Jacarepaguá),

além da presença de lideranças de dois movimentos de moradia organizados: o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e a União de Moradia Popular (UMP).

O objetivo geral do encontro foi a reunião de moradoras de comunidades atingidas pelas remoções, de diversas partes da cidade, para darem início à construção de uma rede de mulheres que lutam pela moradia e a debater a criação de uma Frente Popular em Defesa da Moradia. A atividade durou uma tarde e foi dividida em dois momentos, que contaram com a facilitação de militantes históricas do direito à moradia para cada eixo: *O que é ser Mulher na Cidade?* contando como facilitadoras Célia Ravera, ex-presidente do Instituto Estadual de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e Maria Lucia de Pontes, defensora pública do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH); e *O que é ser Mulher na Luta?* contando como facilitadoras Maria dos Camelôs e Elisete Napoleão, coordenadora do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM).

O desejo de re-conhecer recortes/retalhos que contem histórias de mulheres em luta encontrou nesse espaço de resistência novo instrumental para uma epistemologia feminista. O reconhecimento dessas narrativas resistentes, ou seja, a valorização das experiências cotidianas de diversas mulheres – principalmente sobre as quais incidem mais fatores de vulnerabilidade, portanto as mulheres pobres, de periferia e moradoras de favela – precisa se expandir para caminhar para a construção de um projeto de cidade mais democrático, menos elitista e sexista.

A seleção das autonarrativas resistentes aqui apresentadas pretende identificar as experiências na especificidade de cada sujeita-mulher, e como essas interpretam os diversos pontos apresentados pelos eixos temáticos que conduziram a roda de conversa, a partir de seu olhar, que é atravessado pelo seu agenciamento na luta. As mulheres presentes/citadas, participaram da II Roda de Conversa de Mulheres atingidas por Remoções e autorizaram a publicação das reflexões aqui destacadas preservando suas identidades. Já na apresentação das mulheres participantes da Roda de Conversa, o histórico de luta das mulheres se evidencia, pois se a luta é labor, a prática cotidiana torna indivisível a atuação política dessas mulheres de sua própria identidade. A primeira narrativa agenciada pela luta contra a remoção e a segunda relacionada à luta sistemática pelo direito à moradia que permeia tanto a articulação política institucional, quanto a organização coletiva em movimentos sociais.

Jurema: Bom, boa tarde, eu sou a Jurema, sou Coordenadora da União de Moradia Popular. Apesar de muita gente não conhecer ainda a União, a gente vem fazendo uma luta por moradia há muitos anos. Eu por acaso já estou há 20 anos, 20 e poucos anos no movimento. Conseguimos construir uma cooperativa em Jacarepaguá. Aliás, são duas cooperativas de habitação popular, com recurso vindo de outros países, principalmente da França, dos EUA. Então a gente foi angariando esses recursos e construiu 2 cooperativas. Uma na Taquara (cooperativa habitacional e mista Shangri-lá com 29 famílias) e a outra na Estrada do Mapuá (cooperativa habitacional e mista Herbert de Souza), também na Taquara. Hoje nós estamos militando no Projeto MCMV Entidades. Somos o único projeto agora com a Manoel Congo, mas o único projeto de habitação popular do governo federal, da Colônia Juliano Moreira. Foi uma grande luta pra gente conquistar não só o terreno, mas também construir as moradias e mostrar pro governo que quando o povo tá organizado o povo consegue. Nós construímos

casas de 50m² com 43 mil reais e você tem um apartamento da Prefeitura de 37m² que custa 75 mil. Então nós estamos lá fazendo esse enfrentamento. E também junto à SPU, com muita ajuda da Célia (Ravera) e de outros companheiros que estiveram à frente da SPU, pra gente conseguir conquistar as terras que por lei deveria ser repassada para o movimento construir. [...] Então a gente, acho que esse encontro é um momento único, um momento muito bom pra gente somar e ver que o nosso trabalho de formiguinha, ele tá demorando mas tem algumas coisas acontecendo. E assim, eu abri mais um pouco o informe porque assim, eu participei do ato lá do Rio das Pedras e eu vi quanta coisa boa tá acontecendo em Jacarepaguá, o nosso povo, e a gente muito voltado pro nosso dia a dia, a gente acaba não percebendo quanta coisa acontecendo, quantas lutas acontecendo.

A potência da coletividade entre mulheres e o fortalecimento individual a partir da luta cotidiana se destaca nas autonarrativas seguintes, demonstrando o poder da auto-organização das mulheres para a construção da autonomia e de uma identidade feminina liberta dos conceitos misóginos hegemônicos.

Elisete: É interessante que a gente sempre fala assim, nós do movimento, quando a gente tá fazendo mobilização, a gente discute exatamente essas coisas. Gente, é muito interessante. Aqui mesmo no outro dia a gente tava falando. Na hora da luta, na hora da ocupação é só as mulheres, mas na hora que a casa tá pronta, os homens...[RISOS] os homens chegam, impressionante! As mulheres tão ali preocupadas, pra guerrear. Eu lembro que a maioria das mulheres quando a gente ocupou o (Cine) Vitória, foram poucos homens - Célia lembra - foram 3 ou 4, o resto tudo era mulherada, com filho, com tudo e estavam lá na luta, na guerra, e os homens só foram aparecendo depois. Agora mesmo nós estamos com uma dificuldade com um homem lá que só a graça de Deus, por conta disso também, da questão do machismo. Agora eu fico sempre pensando que nós somos chamadas para ser desafiadas a cada dia. Nós mulheres somos desafiadas a cada dia, por quê? Quando você para pra pensar que nós somos educadas para ser dona de casa, pra ficar só cuidando daquilo que é nosso e quando você sai pra militar, que você se envolve com a causa da terra, - que tem muito a ver com o que a Célia (Ravera) falou, que a casa da comunidade, do território. Porque eu tenho origem de favela. Eu sempre militei no movimento de favela porque era importante pra mim, eu lembro eu falava assim “gente, eu já passei por todas as fases dessa cidade Rio de Janeiro”. Eu sou nascida e criada no Morro de São Carlos, eu peguei a comunidade com 53 anos, a comunidade iniciando a luz, não tinha luz, não tinha esgoto. E eu fui criada pegando aquelas chuvas de janeiro, e meu aniversário sempre é em janeiro, sempre no meu aniversário chovia muito e tinha que limpar vala, tinha que abrir a vala pra água não descer e levar o barraco.

Por outro lado, a desigualdade e violência inerente ao sistema de opressão-exploração capitalista e patriarcal (SAFFIOTI, 2011) se destaca na vivência das mulheres, assim como a vulnerabilidade a que muitas são expostas desde a infância para sobreviver e re-existir como mulheres em luta. A violência cotidiana, portanto, marca o corpo, a vida e a narrativa dessas mulheres, seja indo pro trabalho no transporte público, seja

no lazer, seja em suas casas, seja nas lutas (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017).

Janine: É conforme ela falou, porque ela tem medo não de morrer, mas tem medo que faça maldade com a filha dela. Lá (na Barrinha) a gente também tá com ordem de demolição. E o medo que eu tenho - e eu tenho uma filha de 14 anos, que é uma menina frágil - e meu medo é eu sair de casa, tá na rua e eles chegarem a qualquer momento e minha filha não conseguir, não ter forças pra lutar contra eles. Porque infelizmente eles não podem fazer isso, mas nosso governo é assim, demolição surge, eles podem fazer a qualquer momento, ainda mais quando você é criança. E preconceito a gente sofre até dentro da nossa casa, com nossos maridos; mas a nossa luta, sempre diz que juntos somos mais fortes e nós temos que lutar, ser unidas. Quanto mais mulheres se unir, mais forte nós somos. Porque nós somos capazes, nós somos capazes de muita coisa. Ontem eu dormi às 2h, acordei às 6h, fui pra uma reunião na nossa comunidade, fui em outra reunião com a minha filha, passei correndo num ponto da praia, vim correndo, caminhando pra vir pra cá. E tenho casa pra cuidar, um monte de coisa pra fazer. Então a gente não pode deixar que diminuam a gente, dizer que a gente não é capaz, porque nós somos capaz. Eu não entendia muito da luta mas depois que eu descobri a luta, a vontade que você tem é de lutar cada dia mais, não sair dela. Por mais, como eu falo pra elas, “Jaque, se a gente ganhar, eu vou continuar nessa luta”, porque juntas nós somos mais fortes.

A perenidade da luta se destaca nas autonarrativas seguintes, evidenciando a ruptura operada pelas mulheres, que socializadas a partir de uma feminilidade coercitiva e silenciadora, se libertam dos padrões misóginos para se engajar na luta pelo direito aos seus territórios, e ainda como esse processo ocorre muitas vezes de forma pouco refletida e quase compulsória, o que dificulta a observação da potência feminina no contexto de luta.

Emília: E tempos depois, né, eu nunca pensei, nunca me vi, nessa época, eu não me via nunca à frente de uma responsabilidade que eu assumi a partir do momento que eu comecei na associação de moradores. Que eu fui, que ia ter eleição, aí ninguém queria assumir a presidência naquela época. Aí a diretoria, né, a maioria das pessoas que fundaram a associação já estavam já exaustas de tá na luta, tavam precisando, buscando pessoas para renovar. Foram na minha porta, me chamaram e tal, a gente conversou, aí alguma coisa me tocou: “você vai”. E fui. Comecei ali na militância, na associação em defesa da moradia. [...] E a partir daí começou a minha rixa com os advogados e com os machos, né, da diretoria da associação, que queriam me excluir achando que eu tava maluca, achando que eu tava me vendendo para Bento Rubião, que eu tava defendendo outra coisa. Eu falei “ah, meu Deus, se todo mundo que se vende se vendesse sem ter a intenção de ganhar dinheiro, pensando no bem das pessoas, eu sou a melhor vendida do mundo e vou continuar sendo, porque eu vou continuar a defender!”. Enfim, só pra concluir. Era assim, eu, foi a fase mais crítica da minha vida, mais assim, de embate mesmo dentro da comunidade, embora pouco depois tenha acontecido outras.

Porque eu vi, eu senti ali na pele, na carne, o machismo que era dominante naquela época. E graças a Deus, consegui convencer as outras mulheres e nós vencemos o machismo. [...] Conheci o professor Baldez, conheci Célia Ravera, que foram endossar tudo aquilo que eu estava defendendo. E hoje a comunidade só acredita nisso, graças a Deus. Então assim, é uma guerra, é uma guerra diária, constante, mas a gente não pode é, sabe, abaixar a cabeça e deixar que os machistas tomem conta. Tem que bater de frente, partir pra cima deles com garra mesmo, porque a gente vence. A mulherada, oh, os nossos hormônios tocam a gente, impulsionam, e não adianta. Porque eles são machos, eles são arrogantes, eles são preconceituosos. Mas falta aquilo que o hormônio nos proporciona, que é o sentimento de pertencimento, sentimento que a gente tem de proteger não só nossos filhos, mas todos aqueles que estão aí precisando de um alento. Então é nisso que a gente tem que se pegar e mandar o pé nesses caras porque eles não estão com nada.

O sujeito coletivo *mulheres* e suas estratégias que estabelecem uma nova ética política baseada no cuidado e nas relações cotidianas também se destacam nas autonarrativas das mulheres em luta, evidenciando a profunda renovação operada pelas mulheres a partir de uma atuação política que se destaca também devido à evidente limitação dos modos masculinos de organizar e gerir a vida social (RAGO, 2009).

Jaqueline: Boa tarde, gente, eu queria também falar, eu vou ser bem rapidinha. Eu sou Jaqueline, lá da Barrinha, e eu queria primeiro falar que eu tô muito feliz de participar dessas lutas com todas vocês. E ver tanta gente já tão experiente, como a Emília, como outras pessoas aqui. E eu tô aprendendo tanto, tanto. Eu tenho 33 anos de idade mas eu acho que eu já vivo desde criança essa luta. Porque eu cheguei lá na Barrinha há 21 anos, 21 anos atrás, ainda uma menina. E aí ouvindo a fala de cada uma aqui me vem à cabeça muitas mulheres de lá da nossa comunidade. E eu tô pensando, caramba, a gente não se dá conta de como a gente vive cercada de mulheres fortes o tempo todo, né?! Tanto na comunidade como dentro da própria casa. Porque minha mãe acabou começando esse movimento todo, tentando registrar a associação. E agora eu tô dando prosseguimento a isso tudo. E aí eu vim pensando até os dias de hoje; hoje, eu represento a comissão e a associação. E na nossa comissão nós somos 6; e de 6 pessoas da comissão – aqui temos 3 – só tem 1 homem. Cinco são mulheres. E esse homem não queria entrar na comissão.

A empatia inerente à ética do cuidado praticado pelas mulheres em luta (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017) é também um marco dessas autonarrativas. A capacidade de preocupar-se, cuidar e reverenciar tanto as mulheres que estão em situação de maior vulnerabilidade, quanto as mulheres que lutaram antes, é distintivo das práticas políticas feministas.

Maria dos Camelôs: Isso, aí a gente, em 2007, ocupa o prédio na 1º de março, o Movimento dos Camelôs. [...] Eu lembro que a gente ia ter uma ordem de despejo, a gente ocupou o ITERJ, dormindo lá no ITERJ e a Célia (Ravera) lá com a gente, um monte de criança, e atrás de assistente social, foi muito assim, foi esse

momento bom. Mas assim, eu acho que uma coisa que - eu sou camelô, então todo domingo eu vou pra São Paulo viajar pra pegar mercadoria, né? E aí eu venho no ônibus, eu acho incrível, vem um ônibus com 45 pessoas sentadas dentro. Três dessas pessoas são homens. O ônibus todo cheio de mulher. Então assim, lá em São Paulo as mulheres que vão, que compram, que tá lá o tempo todo em todo canto carregando peso, porque a gente traz peso, e aí dizer que mulher é sexo frágil, a gente não é mesmo. Mas voltar um pouco assim, uma coisa que eu tô percebendo - eu acho que muita gente não mora na cidade ou não trabalha na cidade acaba não percebendo - a quantidade de gente que tá morando na rua hoje. E aí a gente sabe, eu fiquei muito triste esses dias, que eu tava chegando pra trabalhar, e aí eu vi uma mulher levantando, eu parei pra ficar olhando, eu chego muito cedo na cidade, monto a barraca muito cedo. A mulher levantando com as crianças da rua, botando as suas coisas dentro do carrinho, eu parei assim e fiquei olhando. Botou as coisas no carrinho e saiu empurrando aquele carrinho. E aí a gente começa a ver de onde vem essas pessoas. Você olha para aquela pessoa que tá ali, ela não tem cara que ela tá há muito tempo na rua, que ela é moradora de rua. A gente tá vendo que essas pessoas tão vindo por causa desses legados. É esse legado que Copa do mundo, que Olimpíadas deixou pra gente no Rio de Janeiro. E eu acho que a gente tem que ter, a gente tá aqui falando, discutindo entre a gente, eu acho que a gente tem que ter um olhar para essas pessoas, essas mulheres que tão na rua também, que são muitas, com filhos pequenos, que são guerreiras.

Nesse sentido, a resistência pela manutenção da vivência cotidiana comunitária, que em síntese é a luta pela própria vida, pelo existir que se substancia na re-existência pode ser considerada em termos de prática social como essencialmente anticapitalista e potencialmente feminista. A vida possível dentro do regime de exploração-opressão patriarcal e capitalista, que vulnerabiliza as mulheres de forma aguda e violenta, é a que se constrói sob a premissa do bem viver, na coletividade e no cotidiano.

Maria da Penha: Primeiro eu queria fazer uma grande observação. Nós falamos da mulher e nós falamos também de uma coisa assim, da força feminina. E eu, a gente nessa fala, eu vou assim, eu tenho muito apego à terra. E se nós pararmos pra pensar, quem é a nossa força? É a mãe terra, a nossa mãe terra é forte, ela é resistente. Então eu acho que apesar de todas as dificuldades, mas nós estamos firmes, nós não desistimos fácil. Dona Jane lutou pra caramba, como a gente, todo mundo sabe. Enfim, as consequências vão tomando outros rumos, mas a luta dela permanece, a história dela permanece naquela terra. Sempre que alguém vai lá a gente fala "dona Jane foi uma das mulheres guerreiras". E eu tenho uma grande admiração por ela, não é por ela estar aqui não, eu sempre falo isso nas minhas falas em outros lugares, que tem duas mulheres que lutaram pela Vila, foi Dona Jane e a Inalva. Eu reconheço a luta do seu Altair, mas quando a gente fala em termos de mulher, assim. E tem uma outra mulher que não está presente aqui mas que eu quero lembrar e que eu tenho muita admiração por ela também, e que foi uma das pessoas também que me levou a essa luta até o final, que é a dona Zélia, da Arroio Pavuna. Eu tenho uma grande admiração pela Dona Zélia.

Ela não está presente, mas eu queria lembrar ela, porque ela é uma pessoa também persistente. Então a nossa força vem da mãe terra, a nossa terra é forte, ela é resistente, ela racha mas ela não racha totalmente.

A perspectiva das mulheres na luta, portanto, amplia os temas do debate urbano e desgeneralizam o sujeito que vive na cidade, marcando em seus corpos e trajetórias, com seu sexo, seu gênero, a cor de sua pele e sua classe social. As novas insurgências ampliam o campo de luta pelo direito à cidade e constituído em bases mais democráticas e menos hierárquicas de organização política, base do feminismo, ampliam seu potencial de transformação.

Considerações finais

Ao resgatarmos a longa trajetória dos movimentos das mulheres, objetivamos apresentar sua potência e diversidade, a ainda seus fundamentos teóricos. Buscamos demonstrar que a trajetória de lutas das mulheres é pontuada por lutas gerais e específicas, e ainda que o movimento das mulheres é amplo, englobando também os movimentos sociais urbanos. Nos quais as mulheres a partir de uma ética política diferenciada têm logrado renovar as lutas urbanas. Evidenciamos também a invisibilização das mulheres na produção do conhecimento, inclusive nas narrativas sobre movimentos sociais, dos quais são geralmente a maioria, para destacar a urgência de uma epistemologia feminista que contemple os estudos urbanos e de movimentos sociais. O fortalecimento da identidade coletiva das mulheres é fundamental para o avanço do processo democrático no país. Nesse sentido, o destaque das autonarrativas resistentes das mulheres em luta se apresenta como uma metodologia vigorosa para contribuir com emancipação das mulheres e a construção de movimentos sociais transformadores na sociedade.

Referências Bibliográficas

- ARENDETT, Hannah. *A Condição Humana*. Trad.: Roberto Raposo. 10ª Ed., 6ª Reimp., Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007. [1958]
- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna*. Org.: Teixeira Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: a experiência vivida*. Trad.: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. [1949]
- COHEN, Jean. *Repensando a privacidade: autonomia, identidade e a controvérsia sobre o aborto*. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.) Teoria política feminista: textos centrais. 1ª ed. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. (p.195-230)
- CORTÉS, José Miguel. *Políticas do espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social*. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: SENAC, 2008.
- COSENTINO, Renato; MONTEIRO, Poliana. *Rio 2016: projeto, orçamento e (des) legados olímpicos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, v.1, p.43, 2017.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad.: Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Trad.: Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

GODINHO, Tatau. *Democracia e política no cotidiano das mulheres brasileiras*. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Org.) A mulher brasileira nos espaços público e privado. 1ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009. (p.149-159)

GOHN, Maria da Glória. *Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático*. Revista Política & Sociedade. Florianópolis: UFSC, nº 11, out., 2007.

MACKINNON, Catharine. *Desejo e poder*. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). Teoria política feminista: textos centrais. 1ª ed., Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. (p.231-250)

MARICATO, Ermínia. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil*. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3ª Ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. (p.121-188)

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*: Livro I. Trad.: Reginaldo Sant'anna. 34ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MONTEIRO, Poliana. *A produção feminista do espaço: costurando uma colcha epistêmica para pensar a cidade e as lutas urbanas*. Anais do XVIII ENANPUR. Natal: ANPUR, 2019.

MONTEIRO, Poliana. *O Gênero da Habitação: A diretriz de titulação feminina no marco do Programa Minha Casa Minha Vida*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2015. (218 páginas)

MONTEIRO, Poliana; MEDEIROS, Mariana; NASCIUTTI, Luiza. *Insurgência Feminina: A ética do cuidado e a luta contra a remoção*. Anais do XVII ENANPUR. São Paulo: ANPUR, 2017.

POE, Edgar Allan. *O homem na multidão*. In: Contos. São Paulo: Cultrix, 1987.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. *Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria*. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Org.) A mulher brasileira nos espaços público e privado. 1ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009. (p.149-159)

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 1. ed., 2. reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo – Coleção Brasil Urgente, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?* Dossiê Crítica Marxista, n. 11, Campinas: Unicamp, 2000, p.71-75. [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/346005/mod_resource/content/0.pdf Acesso em 19 jan 2015]

SIMMEL, Georg. *A Metrópole e a Vida Mental*. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1967. [1902]

SPIVAK, Gayatri. *Pode o Subalterno falar?* Trad.: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. [1985]

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. 1ª ed. Brasília: Editora Brasiliense, 1993.

WOOLF, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Trad.: Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2012.